

Inovação

"Inovar é estar disposto a fazer coisas novas para nosso trabalho".

Michell de Araújo Andrade - Técnico Judiciário





A inovação vem ganhando cada vez mais espaço no setor público. As instituições e seus gestores também começam a enxergar as possibilidades decorrentes de uma abordagem estruturada de gestão da inovação.

Os desafios relacionados ao setor público são muitos. Reconhecer servidores com papel estratégico e que são propulsores da modernização na administração é fundamental para a incorporação de práticas inovadoras. Afinal, o desenvolvimento de uma boa ideia gera impactos positivos com resultados materializados em serviço público de melhor qualidade.

Devemos fortalecer estratégias de incentivo ao processo inovativo e o estímulo a geração de ideias, pois é uma maneira de fomentar a cultura da inovação para reconhecer aqueles que estão colaborando para a busca de melhores serviços, a consecução de objetivos institucionais e ganhos sociais.

A cultura da inovação é uma prática essencial ao serviço público. Nesta edição do Servidor.info, elencamos alguns representantes, 'gente que inova', e que a cada dia fortalece a cultura do fazer melhor.

Servidores que inovam para vencer dificuldades e desafios operacionais, encontrando melhores formas de se

pensar a rotina de trabalho, e que estão em constante processo de análise e avaliação dos procedimentos.

Gente fazendo acontecer e que tem um diferencial a ser elogiado. Verdadeiros analistas do processo de trabalho, com visão sistêmica e que não atendem ao cumprimento da sua jornada apenas para execução de atividades.

Tânia Denise de Carvalho Dória Fonseca
Diretora de Gestão de Pessoas

SERVIDOR.INFO

Esta publicação é uma produção da Diretoria de Comunicação juntamente com a Diretoria de Gestão de Pessoas do TJSE.

Reportagens e edição: Janaina Cruz (DRT 857/SE)

Fotografias: Bruno César e arquivo pessoal

Editoração eletrônica: Jean Carlo

Capa: www.wdsdigital.com.br

Revisão: Ronaldson Sousa

“Recebemos uma série de sugestões de servidores interessados na evolução contínua dos serviços”

Diretor de Planejamento do TJSE elogia envolvimento dos servidores e gestores, ressaltando que o Judiciário sergipano está na vanguarda das inovações

Como você avalia o grau de inovação incorporado nas rotinas do TJSE nos últimos anos?

O Tribunal de Justiça de Sergipe é, reconhecidamente, um Tribunal que se preocupa em ‘pensar fora da caixa’. Assim o foi quando, de forma inovadora, em 2008, instituiu a gratificação por desempenho dos servidores, alinhando estratégias nacionais e institucionais aos servidores da ponta, servindo como paradigma no Conselho Nacional de Justiça. Ou quando, em 2017, foi agraciado com o prêmio ‘Conciliar é legal’, com o projeto ‘Pare, concilie e siga’. Claro que esses dois projetos não resumem os inúmeros outros avanços realizados no âmbito da modernização e otimização de rotinas e processos tanto na área administrativa como na atividade-fim,

consubstanciando o ideal da melhoria contínua.

Como o TJSE tem aproveitado as ideias de inovação propostas por servidores?

Do ponto de vista da premiação dos projetos e práticas inovadoras, para este ano preparamos um regramento mais objetivo, focando em pontos que entendemos relevantes para que as práticas/projetos propostos sejam viáveis e escaláveis. Por fim, todos os projetos vencedores na atual edição foram encaminhados para os setores competentes se manifestarem quanto à viabilidade de implantação, impacto e reprodução. Não por acaso, ‘inovação’ foi o tema escolhido para o 10º Encontro Anual do Planejamento Estratégico do TJSE, que acontecerá em novembro.

A manifestação espontânea de servidores acerca de ideias inovadoras é um sinal de que a cultura de melhoria contínua e de engajamento está bem disseminada no TJSE?

Certamente. Isso se constata pelo fato que, ao longo do ano, independentemente da abertura do prazo para seleção dos projetos inovadores, recebemos uma série de sugestões de projetos e melhorias de processos de servidores/gestores interessados na evolução contínua dos serviços. Com orgulho constatamos que, lastreada por gestões com visão de futuro e um planejamento estratégico robusto, a instituição segue dando passos largos como uma referência no Judiciário brasileiro.



Felipe Prudente

Everton Costa Dias

Técnico Judiciário lotado na Central de Mandados de Aracaju

Projeto: Comunicação de partes e testemunhas por meio de mensagens via SMS/WhatsApp

Ele saiu de Propriá, município localizado no Baixo São Francisco sergipano, em 1999, para tentar uma vida melhor na capital. Trabalhou como servente de pedreiro e empacotador de supermercado até passar em um concurso de guarda prisional. Foi ameaçado de morte por detentos e acabou perdendo o irmão, assassinado por engano. Depois da tragédia, decidiu voltar a estudar para concursos, sendo aprovado no da Polícia Militar e do TJSE.

Em dezembro de 2005, tomou posse como técnico judiciário, iniciando a carreira na 12ª Vara Cível. Em outubro

de 2014, assumiu a tarefa de Executor de Mandados, “conquistei a tão sonhada vaga como titular”. E foi na Central de Mandados que ele percebeu que “muitas pessoas deixam de comparecer às audiências e outros atos judiciais por conta de puro esquecimento”. Assim, surgiu a ideia de intimar as partes através de mensagens de texto via SMS e/ou Whatspp.

“Além de gerar economia para o Tribunal, pois muitas audiências são redesignadas e processos atrasados por conta da ausência de partes ou testemunhas, o projeto irá beneficiar o andamento dos trabalhos dos oficiais/

executores, que atuarão de forma mais ágil e versátil”, defendeu Everton, que se especializou em Direito Processual Civil com o tema ‘Oficial de Justiça: extinção ou evolução com o advento do processo judicial eletrônico?’. Sobre a premiação, ele disse que “a iniciativa de estimular os servidores a buscar melhorias em seu ambiente de trabalho beneficia toda a sociedade”.



Raquel Santos de Santana

Técnica Judiciária lotada na Diretoria de Segurança

Projeto: 'Senha para acesso aos processos em segredo de justiça pelo usuário'

“Criar algo inédito e também aprimorar o que já existe”. Foi desta forma que a técnica judiciária Raquel Santos de Santana definiu inovação. Além de criativa, a servidora é bastante experiente, pois desde 2002, quando ingressou no TJSE como Oficial de Secretaria, passou por diversos setores, como cartórios judiciais, atendimento de Fóruns Integrados, Consultoria de Processos Judiciais e assessorias, até chegar na Diretoria de Segurança, atual lotação.

A ideia do projeto surgiu em decorrência do trabalho que exerceu no cartório da 2ª Vara Privativa, por sete anos. “Realizei vários atendimentos às partes e pude observar que as dúvidas

eram muito simples e facilmente resolvidas através deconsulta ao processo. Dessa forma, com o intuito de reduzir a demanda de atendimento, otimizando o serviço interno, achei que seria interessante a criação de uma senha personalizada para cada parte, permitindo que ela pudesse ter acesso a todos os detalhes do seu processo, sem precisar se deslocar ao fórum”, explicou Raquel.

Conforme a servidora, o projeto não demanda custos ao Tribunal e oferece aos jurisdicionados um resultado prático positivo. Ela acredita que a premiação “permite a participação do servidor na otimização da atividade-fim,

valorizando sua ideia, e evitando a restrição dessa tarefa a setores específicos do Tribunal”.



Everton Campos de Oliveira Júnior

Técnico Judiciário lotado na Central de Mandados de Itabaiana
Projetos: 'Certidão Total' e 'Cartão de Contato'

“No meu ofício, inovar é melhorar a forma de como cumpro os mandados, de como as partes são atendidas, do quão satisfeitas ficam com o atendimento por parte do Poder Judiciário”. Foi com esse objetivo que Everton Júnior desenvolveu dois projetos inovadores, que ficaram entre os melhores do TJSE. Executor de Mandados desde 2005, durante seu trabalho ele notou que Oficiais de Justiça ao falar com as partes costumavam deixar um papel com dados de contato.

Assim, a ideia foi criar uma ferramenta, legal e regular, para que os Oficiais e Executores pudessem manter contato com as partes quando elas não estivessem em casa ou quando, por

algum outro motivo, fosse importante manter algum tipo de comunicação. “Assim sendo, para suprir esta necessidade, criei o ‘Cartão de Contato’, que é uma ferramenta física com dados objetivos. O jurisdicionado que não for encontrado em casa nas diligências realizadas, pode manter contato telefônico para que se acerte hora e local para o cumprimento do mandado”, explicou.

Já o Projeto ‘Certidão Total’ surgiu da necessidade de incrementar com informações o Portal do Sistema do Oficial de Justiça, no que diz respeito às opções de devolução de mandados. “As opções de devolução ficam limitadas ao binômio ‘sim-não’, o que em alguns casos específicos não refletia o que

realmente aconteceu no cumprimento do mandado. O objetivo do projeto é propiciar mais opções pré-formatadas de devolução do mandado, apresentando ao respectivo juízo, de forma real e clara, o que de fato aconteceu”, ressaltou Everton Júnior, acrescentando que a premiação “é importante para incentivar os colegas a pensarem, sugerirem e melhorarem o próprio trabalho”.



Michell de Araújo Andrade

Técnico Judiciário lotado na Central de Plantão Judiciário
Projeto: 'Movimentação Processual com Autopreenchimento'

Servidor do TJSE desde 2010, Michell diz que “premiar a inovação é promover um ambiente criativo dentro do Tribunal, algo que deve ser incentivado para o aperfeiçoamento das práticas já existentes”. O autor do projeto, que ficou surpreso ao saber da premiação, conta que sua ideia surgiu ao notar que o conteúdo de certidões e atos ordinatórios era repetitivo e poderia ser padronizado para dar celeridade à movimentação processual.

“Os modelos utilizados no trabalho cartorário eram copiados de um editor de texto para o Sistema de Controle Processual. Então, propus que tais modelos já viessem dentro do sistema, classificados por tipo. Assim, o técnico apenas selecio-

naria o modelo desejado e o conteúdo seria automaticamente preenchido em campo específico; ainda com a opção de edição do conteúdo ali inserido para acréscimo de informações”, explicou Michell, que na época era lotado na 6ª Vara Cível de Aracaju. Atualmente, o projeto está em execução na Secretaria Única das Varas Cíveis Comuns.

Para ele, inovar é criar, adaptar, melhorar e incrementar. “Às vezes, inovar é apenas tornar um procedimento ainda melhor. As pessoas acreditam erroneamente que inovar é trazer algo inédito e não é só isso. A inovação que incrementa é aquela que acrescenta algo a um serviço ou produto já existente e pode ter tanta credi-

bilidade quanto algo inédito. Sem falar que as ideias incrementais são de mais fácil implementação e aceitação. Por isso, inovar é estar disposto a trazer coisas novas para o trabalho que desenvolvemos”, opinou.



Paula Cecília Soares Primo Ferreira da Silva e Sunnie Grace Nascimento Santos

Técnicas Judiciárias lotadas no Gabinete do Des. Luiz Mendonça Projeto: Informatização do Instituto da Transação Penal

“Não desenvolvemos o projeto com a finalidade de receber a premiação, mas sim de poder contribuir de alguma forma com o Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Não tínhamos expectativa de que ele fosse premiado, mas ficamos extremamente felizes”. É dessa forma que as servidoras Paula Cecília Soares Primo Ferreira da Silva e Sunnie Grace Nascimento Santos entendem a importância da premiação de projetos inovadores. Para elas, inovar, no âmbito do Judiciário, “significa contribuir com a evolução dos institutos e sistemas jurídicos e evoluir junto com eles”.

O projeto desenvolvido por elas teve como base a transação

penal de um instituto despenalizador, previsto no artigo 76, da Lei 9.099/95, que consiste na possibilidade de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa mediante aceitação do agente que praticou crime de menor potencial ofensivo. “No entanto, nos termos do §2º, II, desse artigo, não se admite a proposta de transação penal se ficar comprovado que o agente foi beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação da pena restritiva ou de multa”, explicou Paula Cecília.

As servidoras verificaram que não existia no sistema informatizado do TJSE um banco de dados onde fosse possível consultar se o agente já havia recebido tal benefício no prazo

de carência. “Percebemos a utilidade que teria um banco de dados em que se pudesse fazer a consulta do rol de beneficiados com instituto da transação penal e da possibilidade de implementação do banco de dados, utilizando-se do mesmo padrão que já existe para o rol de culpados”, completou Sunnie, Grace que já foi vencedora da premiação com mais três projetos. Um deles sobre transferência de presos, expedição de alvará de soltura e virtualização de habeas corpus que tramitam em duas instâncias.



Paula Cecília Soares Primo
Ferreira da Silva



Sunnie Grace Nascimento Santos

Rafael dos Santos Sá

Técnico Judiciário lotado na 2ª Vara Cível da Comarca de Aracaju

Projeto: 'Padronização dos atos ordinatórios no Sistema de Controle Processual'

Para Rafael Sá, servidor do TJSE desde 2005, "a administração pública deve se ajustar a métodos de trabalho que permitam a junção de esforços dos servidores, estimulando o mérito, desconcentrando ideias e permitindo a revelação de recursos técnicos que fomentem o princípio da eficiência."

E com o objetivo de otimizar ainda mais o trabalho do Judiciário, ele idealizou um projeto cujo objetivo é padronizar atos de impulso de processo utilizados pela Secretaria da Vara.

"A ideia do projeto surgiu com as atividades desempenhadas no gabinete, observando uma grande quantidade de

processos que vinham conclusos para despachos de impulso, quando esses atos processuais poderiam ser realizados pela Secretaria, sem qualquer comprometimento à atividade privativa do juiz, conforme previsto no artigo 94, XIV da Constituição de 88", explicou Rafael, lembrando que, com o projeto, o servidor tem maior facilidade para movimentar o processo, já que visualiza a redação pronta e definida do ato.

Ele conta ainda que ficou muito satisfeito ao receber a notícia da premiação, "especialmente pela instrumentalização de um elo entre as atividades desenvolvidas pelo TJSE, permitindo que todos os servidores influenciem na

otimização da atividade típica do Poder Judiciário, sem que estejam diretamente ligados aos órgãos administrativos criados para esse fim". Conforme Rafael, o projeto é simples e não implica em custos para o Judiciário.

